RELATO DE EXPERIÊNCIA - TELEMEDICINA E TELESSAÚDE APLICADAS À GESTÃO NA SAÚDE

PARCERIAS INTERINSTITUCIONAIS: INSTITUCIONALIZAÇÃO E SUSTENTABILIDADE DO SERVIÇO DE TELECONSULTORIA NO ÂMBITO DO NÚCLEO TELESSAÚDE SANTA CATARINA

Marcos Aurélio Maeyama (marcos.aurelio@univali.br)

Luana Gabriele Nilson (luanagnilson@gmail.com)

Luise Lüdke Dolny (luiseludke@gmail.com)

Cristina Calvo (cristina.clv@gmail.com)

Introdução: Uma das principais metas do Programa Telessaúde Brasil Redes é qualificar a Atenção Básica à Saúde (ABS) e diminuir encaminhamentos desnecessários para especialidades por meio da Teleconsultoria. Embora tenham sido ratificados enquanto programa, os Núcleos de Telessaúde são financiados via editais, por tempo limitado, com renovação periódica, limitação de recursos e sem institucionalização como serviço pelo próprio ente financiador, o Ministério da Saúde. De início, a limitação de recursos, no que se refere à Teleconsultoria, impede a possibilidade de ampla cobertura com impacto nas filas de espera de especialidades e centrais de regulação.

Objetivo: O objetivo deste trabalho é relatar a experiência de parcerias interinstitucionais do Núcleo Telessaúde de Santa Catarina (Telessaúde SC), que tem possibilitado avançar na cobertura das teleconsultorias no Estado.

Método: Inicialmente o Telessaúde SC, por meio do financiamento federal, ofertava todo o processo de serviços de Telessaúde, incluindo o corpo de teleconsultores. A limitação de recursos impedia uma estratégia mais abrangente, uma vez que a grande utilização do serviço de teleconsultoria implicaria em contratação de novos teleconsultores. Iniciado em 2015 como projeto-piloto, o Telessaúde SC realizou parceria com o município de Joinville na especialidade de Endocrinologia, na qual o município se responsabilizou com a cessão de profissionais para a função de teleconsultor. Ao Núcleo caberia a responsabilidade pelo processo geral de implantação e suporte: apoio técnico-científico na estruturação do fluxo de teleconsultorias e integração com a central de regulação; formação de teleconsultores especialistas e apoio longitudinal; cadastramento e capacitação dos profissionais para uso do Telessaúde e implantação do fluxo de teleconsultoria/regulação; serviço de telerregulação; monitoramento e qualificação das respostas de teleconsultorias; elaboração de relatórios de utilização dos serviços; disponibilização, manutenção e atualização da plataforma virtual; suporte técnico-científico na elaboração de protocolos clínicos e de acesso; elaboração de atividades de Tele-educação para suporte das atividades de Teleconsultoria; e cobertura de teleconsultores em determinadas especialidades para suporte à central de Regulação do Estado, que abrange a totalidade dos municípios catarinenses.

Resultados: a partir da experiência positiva do projeto-piloto, houve grande expansão na oferta de teleconsultorias articuladas à regulação em diversas especialidades, com a participação de diversos municípios e do próprio Estado com contrapartidas na cessão de profissionais teleconsultores. Atualmente fazem parte da oferta de teleconsultorias articuladas à regulação no âmbito do Telessaúde SC: Secretaria Estadual de SC (Endocrinologia, Reumatologia, Dermatologia/Hanseníase, Neurologia, Gastroenterologia, Nefrologia e Hematologia), Joinville (Endocrinologia, Ortopedia, Cuidado de Feridas, Saúde Mental, Oftalmologia, Periodontia e Saúde Auditiva), Jaraguá do Sul (Endocrinologia, Nutrição, Ortopedia e Gastroenterologia). Além destas, já estão em curso de implantação os municípios de Itajaí (Endocrinologia, Ortopedia e Reumatologia), Balneário Camboriú (Reumatologia), São José (Endocrinologia, Ortopedia, Urologia, Neurologia). No que se refere ao histórico de solicitações de teleconsultorias, em 2014 (ano anterior ao início das parcerias), foram realizadas 1.475 teleconsultorias, saltando para 4.764 teleconsultorias em 2015. Em 2018, já com vários processos consolidados,

foram realizadas 30.858 teleconsultorias. Atualmente, o Telessaúde SC conta com 14 teleconsultores vinculados diretamente ao Núcleo e 29 teleconsultores cedidos pelos próprios municípios e Estado.

Conclusões: as parcerias interinstitucionais mais do que o aumento quantitativo no número de teleconsultorias realizadas, têm representado importante estratégia de qualificação da ABS e de acesso à Atenção Especializada, com impacto significativo na redução das filas de espera nas especialidades e centrais de regulação envolvidas no processo, atingindo o objetivo de criação do Programa Telessaúde Brasil Redes. A contrapartida municipal/estadual, além de auxiliar na sustentabilidade do serviço/programa, tem permitido a sua institucionalização, uma vez que envolve os profissionais da Atenção Especializada (teleconsultores), central de regulação e profissionais da ABS, consolidando o uso da teleconsultoria como parte do fluxo de atenção à saúde e não apenas como ferramenta de uso eventual.